

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E QUESTÕES RACIAIS: A FORMA VELADA DE UM DILEMA SOCIAL BRASILEIRO

HISTORY, EDUCATION, AND RACIAL ISSUES: THE VEILED FORM OF A BRAZILIAN SOCIAL DILEMMA

HISTORIA, EDUCACIÓN Y CUESTIONES RACIALES: LA FORMA VELADA DE UN DILEMA SOCIAL BRASILEÑO

Lívia Kelly Araújo Nascimento¹, Welson Barbosa Santos², Ana Clara Araújo Teixeira³

DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3199

Recibido: 15/08/2025 | Aceptado: 21/08/2025 | Publicación en línea: 01/09/2025.

RESUMO

A presente pesquisa consiste em analisar a forma como o preconceito racial persiste em definir os espaços nos quais pessoas pretas e mestiças acessam. Trabalhamos a banalidade do mal e a maneira como os sujeitos adotam ações, mesmo que danosas a terceiros, por ser um discurso aceito socialmente. Também, utiliza-se de abordagem referente as subjetividades dos indivíduos juntamente com as teorias que envolvem os capitais, sendo, fatores determinantes para a definição de legitimidade e acesso que o sujeito recebe. A pesquisa conta com um resgate histórico voltado para o período de escravidão, que introduziu o preconceito e o racismo em nossa sociedade, podendo também explicar a posição do não-branco nos dias de hoje. Desse modo, no campo qualitativo, o trabalho conta com entrevistas com alunos negros de uma universidade pública e a forma como o preconceito atinge a vida deles nos meios acadêmicos. Na estruturação do trabalho, buscamos sustentação e fundamentação teórica nos estudos de Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Hanna Arendt, Rosa Maria Bueno Fischer e Geraldo Gondra, dentre outros. Conclusivamente, consideramos que ambientes acadêmicos somado a diversos outros espaços reproduzem os preconceitos enraizados em nossa sociedade, fazendo com que uma população continue sendo reprimida e excluída por não fazer parte da ordem social ou trazer o capital social legitimado.

Palavras-chave: Questões Raciais. Subalternia. Escravidão. História. Mestiço.

ABSTRACT

This research analyzes how racial prejudice persists in defining the spaces accessed by Black and mixed-race people. We explore the banality of evil and the ways in which individuals adopt actions, even if harmful to others, because it is a socially accepted discourse. We also utilize an

¹ Graduada em Serviço Social, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: livia.nascimento@ufu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3510-7151>

² Doutor em Educação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, São Paulo, Brasil.
E-mail: welson.santos@ufu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6118-2296>

³ Graduada em Biologia, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: ana.ateixeira1@ufu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5010-2105>

approach that addresses individuals' subjectivities along with theories involving capital, which are determining factors in defining the legitimacy and access a subject receives. The research relies on a historical review of the period of slavery, which introduced prejudice and racism into our society and may also explain the position of non-white people today. Thus, in the qualitative field, the work includes interviews with Black students from a public university and the ways in which prejudice affects their lives in academic settings. In structuring the work, we sought theoretical support and foundation in the studies of Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Hanna Arendt, Rosa Maria Bueno Fischer, and Geraldo Gondra, among others. In conclusion, we consider that academic environments, along with many other spaces, reproduce the prejudices rooted in our society, causing a population to continue to be repressed and excluded for not being part of the social order or bringing legitimate social capital.

Keywords: Racial Issues. Subordination. Slavery. History. Mestizo.

RESUMEN

Esta investigación analiza cómo el prejuicio racial persiste en la definición de los espacios a los que acceden las personas negras y mestizas. Exploramos la banalidad del mal y las formas en que los individuos adoptan acciones, incluso si son perjudiciales para otros, por ser un discurso socialmente aceptado. También utilizamos un enfoque que aborda las subjetividades de los individuos junto con teorías que involucran el capital, factores determinantes en la definición de la legitimidad y el acceso que recibe un sujeto. La investigación se basa en una revisión histórica del período de la esclavitud, que introdujo el prejuicio y el racismo en nuestra sociedad y también puede explicar la posición de las personas no blancas en la actualidad. Así, en el ámbito cualitativo, el trabajo incluye entrevistas con estudiantes negros de una universidad pública y las formas en que el prejuicio afecta sus vidas en entornos académicos. Para estructurar el trabajo, buscamos apoyo teórico y fundamento en los estudios de Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Hanna Arendt, Rosa María Bueno Fischer y Geraldo Gondra, entre otros. En conclusión, consideramos que los entornos académicos, junto con muchos otros espacios, reproducen los prejuicios arraigados en nuestra sociedad, provocando que una población continúe siendo reprimida y excluida por no ser parte del orden social ni aportar capital social legítimo.

Palabras clave: Cuestiones raciales. Subordinación. Esclavitud. Historia. Mestizaje.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Embora este seja um trabalho focado num recorte regional específico, denominado Vale do Tijucu, localizado no Triângulo Mineiro, o desafio é contribuir para os debates que buscam entender processos de subalternização em que determinados grupos sociais, historicamente, são e estão colocados, permanecendo nesse lugar desde suas organizações sociais, estabelecidas e

bem fortificadas pelos colonizadores. Portanto, na tessitura dessa escrita, buscamos alguns caminhos que nos sejam auxiliares como: quem somos enquanto nação? Por que dadas regiões mantem certos grupos sociais à margem de alguns valores importantes de nossa sociedade no nosso tempo? Uma questão, dentro dessa perspectiva, pode ser percebida nos espaços de formação e profissionalização superior?

Nessa linha de raciocínio, é comum, como cidadãos do nosso tempo, nos perguntarmos quem somos e o que nos constitui enquanto sujeitos, integrantes de uma sociedade ampla chamada Brasil. Assim, arrazoamos que, se nunca nos fazemos tais questionamentos, algo está errado, uma vez que somos uma profusão de questões, contextos, movimentos de grupos sociais, de heranças genéticas múltiplas, uma confluência desde o berço deste país. Tal desenho não se refere à chegada europeia. A questão é que, se somos de pele menos branca, voltamos nossos olhos para a herança de povos originários que estavam em toda a América antes dos colonizadores. Se somos de pele branca ou mais clara, achamos ser herdeiros de uma origem branca vinda de Portugal ou de outras nações europeias. Se somos de pele mais escurecida, olharmos para a senzala e para o tráfico negreiro é inevitável, e concluímos remetendo-nos aos canaviais e às plantações de café. Seríamos o que sobreviveu do tráfico e da herança africana que marcou nossa história. Mas, afinal, o que somos? Somos brasileiros, isso, em si, já bastaria, não?

Portanto, nosso desafio aqui é um pouco mais além. A proposta é pensar o quanto essas culturas estão em nossos pais, em nossas famílias, de forma genética e cultural. Somos uma nação multicultural, mestiça, e entender essa demanda é uma necessidade até para que nos percebamos como sujeitos nacionais, cujos comportamentos de preconceito racial não deviam caber, ser tolerados, aceitos, tratados como parte da cultura. Somos uma nação que se ergue na mão de obra escrava, negra, vinda da África de forma desrespeitosa e desumana, tratados aqui, por longo período, como sujeitos menos humanos que os brancos. Ainda, somos um conjunto de povos originários que aqui já estavam antes da chegada dos europeus. Desse modo, importante e urgente é nos percebermos como um povo miscigenado desde a origem.

Nessa linha de raciocínio sociológico e do ético e legal, vale considerar que esta nação tem, sim, uma dívida social para com esse povo, aqueles que, com suas próprias vidas, vieram ou já estavam. Que aqui presenciaram a morte de milhões, principalmente pela mão, ação e patologias trazidas pelos europeus. Falamos de grupos que resistiram, subsistiram e forjaram as marcas de uma nação miscigenada. Um pouco de povos originários e sua cultura indígena milenar, um pouco da África que está em nós, trazida nos tumbeiros, somados a um número

humano sensivelmente menor de europeus. Estaria, nessa “mistura perfeita” não proporcional, a nossa herança africana e indígena de resiliência, de resistência, de persistência e de vontade de viver? Ainda, é isso que nos torna um povo distinto do resto do mundo? Mas, se esta é uma verdade, só podemos pressupor em hipóteses.

O fato é que, na herança genética dessa nação, temos povos que chegaram escravos ou foram escravizados. Nesse sentido, Souza (2003) caracteriza a escravidão como uma forma de exploração que se constitui numa relação na qual um indivíduo é estabelecido como dono e o outro, propriedade. Por si só, essa afirmativa nos ajuda a entender como a subalternia é uma marca de nosso povo. Traços que perduram historicamente no imaginário de alguns e no sentimento de não pertencimento de outros, por viverem essa condição desde o nascimento. Desse modo, quando pensamos na região e no espaço que nos inspira nessa escrita, o Vale do Tijuco, alguns desses conceitos são bem auxiliares para nos fornecer entendimentos de como essa localidade se constituiu, por persistir em processos de deslegitimação de certos grupos sociais, mesmo em espaços acadêmicos que precisam ter como papel e desafio o de dar um novo sentido e estabelecer ruptura para com a forma prejudicial de tais demandas e seus enraizamentos danosos e históricos.

Referente à região foco desse trabalho, dados do IBGE (1959) apontam que a área onde atualmente está localizado o Vale do Tijuco era povoada por indígenas caiapós e panariás. O ocorrido foi que, após a vinda dos colonizadores, estes povos tiveram de migrar para a aldeia de São Francisco de Sales. Isso porque houve diversas expedições que foram realizadas por essas bandas do Brasil. A finalidade era a exploração e descoberta de riquezas em ouro e pedras preciosas. Tal movimento levou à formação de diferentes povoações que deram origem às atuais cidades locais. Dentre elas, temos Prata e Ituiutaba, que concentram os primeiros núcleos de povoamento. Descritivamente, em 1830, ao chegar à região, o padre Antônio Dias de Gouveia adquiriu inicialmente a sesmaria das Três Barras e, com o passar dos anos, ampliou suas propriedades. Reconhecido como um dos principais fundadores das cidades citadas, o referido padre teve papel fundamental no desenvolvimento e na organização dessas localidades.

Por provisão de 20 de fevereiro de 1833, foi nomeado o Padre Ângelo Tardio Bruno, vigário da localidade. Com a chegada desse pároco, o povoado tomou novo impulso, contando já a freguesia, em 1890, com 5 067 habitantes. Pela Lei estadual n.º 319, de 16 de setembro de 1901, foi criado o município com a denominação de Vila Platina, com sede no povoado de São José do Tijuco. O primeiro Presidente do Executivo eleito foi o Augusto Goulart Brum sendo o 1.º Secretário Aureliano Martins de Andrade (IBGE, 1959, p. 305).

Já no ano de 1901, o mais populoso dos municípios da região, então denominado Vila Platina, foi elevado à categoria de cidade, podendo seu nome ser interpretado como “povoação do rio Tijuco”. Muniz (2014) aponta que, nessa época, a localidade já contava com uma pequena população residente na zona rural, dedicada principalmente à agricultura e a uma expressiva produção, que fez com que a região ficasse conhecida como “a capital do arroz”. Com o passar das décadas, iniciou-se um processo de urbanização no qual, conforme aponta o autor, a população começou a se deslocar das áreas rurais para ocupar e estruturar espaços urbanos.

Feitas as iniciais localizações temporais e teóricas de fundamentação, de localizar o espaço que nos inspira nessa escrita, de trazer um pouco do desenho histórico do povo que nele vive, sua constituição, ponderamos que persiste uma pergunta: quais fatores justificam, em pleno século XXI, a perpetuação de mecanismos de não reconhecimento de cidadania, de inclusão, de emancipação de dados grupos, ainda isolados aqui e em todo o país? Justificamos: não falamos exclusivamente de povos originários ainda no meio da floresta amazônica. Os grupos a que estamos nos referindo são urbanos e compõem a sociedade brasileira de forma ampla, silenciados historicamente e com uma invisibilidade vergonhosa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Algumas questões na sociedade brasileira estão instituídas historicamente, e os fundamentos e discursos que as consolidaram são bem mais estruturados do que normalmente pensamos. Uma delas é a questão racial, que não envolve apenas o negro, mas também se articula com a questão das classes sociais e dos mestiços. Nesse sentido, é importante nos atentar para alguns dos fatores utilizados como justificativa para a exploração e tortura dos povos africanos, o que conhecemos atualmente como racismo científico, baseado em estudos realizados por europeus que “comprovavam” a inferioridade de pessoas negras.

Diversas pessoas com determinada influência social criavam dados sem fundamentação científica para sustentar a suposta inferioridade de pessoas vindas do continente africano ou mesmo dos povos indígenas. Em territórios colonizados, esses estudos ganharam grande visibilidade, sendo utilizados como justificativa para que os não brancos fossem tratados como inferiores. Podemos citar também a religião, na qual pessoas recorriam a versículos que tratavam da “Maldição de Cam” como justificativa para abusos e violências sofridas pelos não brancos, afirmando que os negros eram descendentes de Cam e, portanto, mereciam sofrer, assim como se

afirmava sobre os povos originários, considerados sem alma, carentes de catequização e de Deus (Oliveira, 2004).

Diante do exposto, surge uma questão: por que o saber eurocêntrico sustentou tamanha barbárie? Porque detinham o domínio, a força, o poder bélico, exploravam os povos por dominação, acumulavam riquezas e possuíam conhecimentos que facilitaram esse processo, o que podemos chamar de capital cultural legitimado. Silva (1995) afirma que o capital cultural é uma forma de caracterizar as subculturas de classe ou setores de classe, sendo uma descrição da cultura à qual o indivíduo tem acesso, como estilo, valores, estruturas psicológicas, entre outros, conforme apontam o autor Bourdieu (2007). O negro, desde a saída da África, e os povos originários aqui encontrados não tinham sua cultura legitimada diante de seus conquistadores.

Na busca por fundamentação, Bourdieu (2007) apresenta outros tipos de capital, além do cultural, que são importantes para compreender os processos de subalternização do negro e do indígena no Brasil contemporâneo. Um deles é o capital econômico, referente ao poder aquisitivo que o sujeito possui, que também funciona como porta de entrada para os outros capitais. O capital social caracteriza-se como a rede de relações que o indivíduo possui, podendo significar acesso ou aceitação, funcionando também como uma moeda de troca, conforme Bourdieu (2007). A partir disso, nos perguntamos: que capital é legitimado no Brasil, mesmo nos dias atuais? O autor ainda aponta a “dialética das condições e dos habitus, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva” (Bourdieu, 2007, p. 164). Isso evidencia que a subjetividade do indivíduo, o habitus, pode ou não ser legitimada a partir da conjunção dos capitais anteriormente citados.

As descrições mostram que as desigualdades sociais ultrapassam a dimensão econômica e se manifestam no sistema educacional brasileiro, onde alguns são privilegiados em detrimento de outros. Essas desigualdades se revelam de múltiplas formas, seja pela ausência de recursos financeiros, seja pela dificuldade de acesso e de sentimento de pertencimento em determinados espaços, como o ambiente escolar. Enquanto a classe dominante desfruta de uma educação de alta qualidade, a classe trabalhadora enfrenta limitações significativas nesse acesso. Como resultado, as culturas e subjetividades dos grupos subalternizados são desvalorizadas. Portanto, as instituições escolares acabam reproduzindo as desigualdades sociais estruturadas pelo sistema capitalista, utilizando-se desses ambientes para manter a repressão sobre as classes menos favorecidas (Nogueira & Nogueira, 2002).

O capital econômico e o social funcionariam, na verdade, na maior parte das vezes, apenas como meios auxiliares na acumulação do capital cultural. No caso do capital econômico, por exemplo, permitindo o acesso a determinados estabelecimentos de ensino e a certos bens culturais mais caros, como as viagens de estudo. O benefício escolar extraído dessas oportunidades depende sempre, no entanto, do capital cultural previamente possuído (Nogueira, C.; Nogueira, M., 2002, p. 22).

Mas, se tais considerações nos parecem tão coerentes, como é que a sociedade brasileira, e as universidades públicas, com pensadores, pesquisadores e profissionais com formação e percepção teoricamente ampla de sociedade, contribuem para a perpetuação de falhas históricas em relação a diferentes grupos sociais subalternizados historicamente? Ou, ainda, por que a sociedade, em pleno século XXI, não se ressignifica diante de tamanha barbárie? Os pensamentos de Hannah Arendt podem ser recursos valiosos para auxiliar nesse desafio de compreender e responder a tais demandas.

A Força de um Continente Que Deu Como Herança Legados Inestimáveis

Minha mãe deixava claro que eu era pobre, que as inúmeras vizinhas negras também o eram, por isso precisávamos nos querer bem, num sistema de ajudar sempre o outro e que estudar seria o caminho de mudar de vida. Assim, o preconceito racial nunca me foi colocado como algo ou marca, pelo convívio solidário e rodeados de pardos e negros. Nunca nem ficou claro se eu um ou outro. Mas, já doutor, prof. de IES Federal que o racismo velado me deixou marcas profundas de tristeza e desencantamento. Nesse momento entendo que nenhuma outra razão se explica a forma de tentativa de apagamentos com que fui submetido. Eram colegas de departamento, de curso, de formação. Perceber isso já adulto e no espaço acadêmico me deixou uma sensação de desencantamento para com a fachada de luta antirracista do discurso acadêmico e a forma como ele é exercido por uns, diante do silêncio de muitos (Participante, 8).

Tomemos como referência que, no contexto brasileiro, ele é repleto de indiferença de uns e violência de outros. Um exemplo é a cultura Nagô, originária da África Ocidental, que ocupa lugar de destaque como expressão de resistência e identidade. Segundo Gomes e Schwarcz (2018), estima-se que cerca de 1,2 milhão de africanos oriundos dessa região, de diferentes idades e gêneros, tenham sido trazidos ao Brasil. Mesmo após a proibição internacional do tráfico negreiro no século XIX, que manteve o comércio transatlântico de forma clandestina, ocultando os africanos para burlar as leis, o tráfico continuou. Aqui, elementos da tradição nagô foram preservados e transmitidos ao longo de gerações como forma de resistência à opressão, capazes de compor a cultura de nossa nação e fortalecer identidades, sem promover subalternizações. Seria essa uma leitura possível ao recorte inserido?

Para Portugal (2019), tais expressões identitárias revelam uma constante reinvenção de si

como estratégia política e cultural, garantindo a afirmação da existência no tempo histórico e no espaço geopolítico, sem viabilizar a subalternização dos grupos. No caso dos nagôs, a apropriação da própria história e de suas representações culturais fortalece a chamada “nagocracia” e consolida a “nagoidade” como instrumentos de afirmação identitária (Portugal, 2019, p. 36), questão que o recorte nos sinaliza. No Brasil, à semelhança de outros países, a identidade negra está inscrita dentro de uma estrutura em que o “ser negro” desenha um outro sujeito na relação colonial entre os povos e no entrelaçamento das culturas e tradições. O negro é redesenhado, projetado dentro da perspectiva escrava; mesmo após a abolição, negada a sua humanidade e a possibilidade de se reconhecer como homem e sujeito social, persistiu para o branco, insistiu para o negro, num ato de resistência e fortalecimento.

Nesse compasso, a partir das escritas de Gondra e Schueler (2008), é possível considerar que, entre 1870 e início de 1900, ocorreu um processo de mudança nas formas urbanas, apresentando uma estrutura de classes e organização espacial com estratificação social, que deixou um panorama redesenhado e diferente do então visto. A extinção da escravidão no Brasil, somada aos primeiros passos da indústria e ao avanço do comércio e dos serviços na região central das cidades, fez com que se solidificassem classes sociais e se iniciasse uma luta por espaço, desencadeando conflitos que se refletiram nitidamente no espaço urbano dessas cidades. O principal conflito surge com a presença de pobres no entorno dessas cidades, diante da manutenção das elites que se organizavam ou já estavam estabelecidas nesses espaços.

Sustentam Gondra e Schueler (2008) que podemos afirmar que o novo desenho de modernidades urbanísticas apresenta, no centro, de forma contraditória, duas populações próximas: o pobre, que se mantém em torno do rico para retirar sua subsistência; e o rico, que mantém essa sociedade por meio da mão de obra “quase escrava”, exercida em trabalhos que vão desde dinâmicas dentro de suas residências até demandas sociais diversas, como pequenos trabalhos de rua e serviços de manutenção da vida urbana. Para os autores, grupos de negros, pardos e mulatos constituem essas classes populares mantenedoras, como mão de obra, das elites. O período pode ser ilustrado da seguinte maneira:

O contexto é também relevante. As recentes epidemias de cólera, febre amarela, varíola, entre tantas outras, chamavam a atenção para a “missão higienista” que se reservava aos médicos. Além disso, com a Guerra do Paraguai, afluíam em massa doentes e aleijados que demandavam a atuação imediata de um corpo de cirurgiões. Juntamente com o crescimento desordenado das cidades, aumentavam a criminalidade e os casos de alienação e embriaguez. Por fim, crescia a apreensão médica frente ao fenômeno das doenças consideradas endêmicas entre certas populações de imigrantes. É conhecida a correlação entre o recrudescimento da febre amarela e a imigração italiana. (Schwarcz,

2005, p. 146)

Então, fica o questionamento: como essas populações se acomodaram em torno das elites? A solução encontrada foram os cortiços, habitações coletivas e insalubres, antigos casarões anteriormente residências das elites. Porém, as condições eram miseráveis e, por isso, esses espaços foram palco de inúmeras epidemias, como a febre amarela. Os cortiços passaram a abrigar um grande número de famílias, em torno de 50% da população na corte carioca, que, nesse momento, era a capital do país, no período entre 1850 e 1870 (Kowarick, 2013).

No entanto, em 1893, entrou em vigor a proibição de construção de novos cortiços, devido à “ideologia da Higiene” (Magalhães, 1999). Nesse ínterim, consideramos os estudos de Foucault (2007), pois sabemos que, nesse período, houve um avanço na medicina higienista, principalmente devido à manifestação de grandes epidemias no mundo, não sendo diferente no Brasil, o que exigiu diretrizes de gestão do corpo, da saúde e do controle.

METODOLOGIA

Este trabalho ajusta-se ao campo das pesquisas qualitativas, tem sua análise e aprovação pelo comitê de ética CAAE 87935024.4.0000.5152, sendo produção referenciada nos grupos de pesquisa: Educação, Masculinidades, Cultura e Subjetividades – GPEMCS e Projetos Interdisciplinares – GPCIM. Enquanto sujeitos participantes, envolveu estudantes do campus de uma universidade pública federal localizada no Triângulo Mineiro. A perspectiva foi considerar demandas que abarcam questões raciais de estudantes universitários dentro e fora da instituição. A pesquisa teve a participação de dez (10) graduandos que se autoidentificam como negros ou mestiços e que trouxeram respostas subjetivas, voluntárias, que nos foram referência no desenho do trabalho aqui apresentado. Os entrevistados participaram deste trabalho por via de memoriais descritivos, decorrentes de ações contínuas dos dois grupos de pesquisa citados, que têm sensível conectividade com três disciplinas regulares de cursos existentes na instituição.

Metodologicamente, a referência central é Rosa Maria Bueno Fischer (2021), que busca vincular os processos criativos com a elaboração de uma pesquisa. Ela propõe uma relação entre o rigor teórico da escrita científica e a sensibilidade em observar o sujeito envolvido, tornando esse processo uma arte. Para a autora, as artes não pertencem exclusivamente a especialistas; elas devem ser uma opção metodológica dentro do campo das pesquisas qualitativas. Dando importância a todos os elementos que cercam o indivíduo, na tentativa de compreendê-lo por

completo, o desafio é manter a singularidade para que, dessa forma, ao estudar um fato, um ato ou um sujeito, não nos prendamos às predefinições. Trata-se de uma pesquisa atenta ao contexto social, histórico, cultural e político, bem como às relações de poder que são e podem ser estabelecidas.

A autora ainda enfatiza que nenhum discurso se dissocia das relações de poder que incidem sobre o indivíduo. Com isso, Fischer (2021) sinaliza, em Foucault (2011), que aborda o discurso não apenas como um veículo de informação ou como reflexo de uma realidade predefinida, mas como uma ferramenta na construção das subjetividades e na manutenção ou contestação das estruturas de poder. Tal compreensão implica reconhecer que todo enunciado carrega marcas históricas e sociais que orientam a forma como o sujeito se posiciona e é posicionado socialmente, o que demanda do pesquisador uma análise atenta às camadas de significado que extrapolam o conteúdo literal. Mas como fazê-lo?

Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. E a primeira tarefa para chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de “reais” intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis. É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso. [...] Nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” nos discursos. (FISCHER, 2001, p. 198).

Seguindo esse pensamento, Fischer (2001) ressalta a importância do discurso e os saberes que ele produz. A autora complementa, fala da importância de explorar de forma ampla e aprofundada os materiais discursivos, reconhecendo-os como produções históricas e políticas; compreendendo que as palavras são construções sociais e que a própria linguagem constitui e estrutura práticas, que os objetos encontrados não são estáticos, mas se encontram em permanente processo de formação e transformação. Ainda, refere-se a escuta sensível como metodologia que se baseia em refletir em quem somos e como somos antes de nos debruçarmos a olhar o outro e suas questões (Fischer, 2021). É assim que é possível ver além do que está escrito. De forma que, ao mesmo tempo que construímos o objeto de pesquisa, nos enxergamos dentro dela, tornando-a humana. Não é esse um dos desafios das ciências humanas? A autora direciona dizendo que,

Cada arte, cada linguagem, cada modo de criação nos ensina a força de um presente que jamais se reduz ao trivial: antes, veste-se de uma ética de obrigações a que somos chamados, para com o outro, para conosco mesmos. Disso é feita toda e qualquer criação. Também nossas invenções acadêmicas. (Fischer, 2021, p. 19).

Em sequência, ao pensar na construção da análise do discurso, Foucault (2011) e Fischer (2001) trazem o conceito de enunciados e heterogeneidade, recorrentes em suas obras e de considerada relevância, porque há uma relação entre eles. Isso porque, ao utilizar a heterogeneidade, ocorre a dispersão dos enunciados. Sendo assim, é possível compreender o discurso como multifacetado e constituído por diversos mecanismos. Pensar as questões culturais que envolvem o negro e o mestiço no Brasil exige isso: um olhar bem articulado e estruturado. Primeiramente, de acordo com a autora, é necessário ater-se a um enunciado, aos elementos do discurso, que dão sentido e verdade a uma fala.

Para Fischer (2021), o desafio está em uma unidade discursiva que ultrapasse frases ou proposições comuns, representando um acontecimento situado em um contexto histórico e social específico. Afinal, considerar as questões sociais que envolvem o negro e os mestiços em um espaço acadêmico é algo histórico, sim, pela negação, mas também, no contexto atual, pela permissividade recortada, limitada e controlada dada a eles. Nesse sentido, a autora fala do enunciado como um componente fundamental no desenvolvimento do discurso, sendo, nesta pesquisa, conjuntos que carregam as individualidades do sujeito e que um se completa no outro. Dessa forma, o estudo dos enunciados nos permite apreender dinâmicas de poder, saber e historicidade que configuram a produção e a circulação em diferentes espaços.

Descrever um enunciado, portanto, é dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar. O que permitirá situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a uma certa formação discursiva (FISCHER, 2001, p. 202).

Já o segundo termo abordado por Fischer, a heterogeneidade, refere-se à dispersão e à diversidade dos enunciados. A autora afirma, e concordamos, que não há uma única verdade, seja para brancos, negros ou mestiços, mas sim uma multiplicidade de formas de expressão, compostas por diferentes perspectivas e formulações que constroem sentidos e realidades desiguais. Essa pluralidade, que se manifesta nos discursos, legitima-se no interesse das relações de poder, pois uma mesma ação pode adquirir interpretações distintas para cada sujeito. Assim, a heterogeneidade evidencia que o discurso é plural, fragmentado e dinâmico, podendo, por vezes, ser também prejudicial e danoso. Para Fischer (2001, p. 212), trata-se de “deixar aflorar a

heterogeneidade que subjaz a todo discurso”.

A articulação entre enunciado e heterogeneidade, com base em Fischer (2001; 2021), é fundamental para a prática da escuta sensível que nos propomos a adotar. Trabalhar com textos ricos em detalhes, como os memoriais, exige que se reconheçam as singularidades do objeto de pesquisa e que se vá além da mera coleta de dados. Esse movimento possibilita uma análise do discurso mais precisa, identificando múltiplas interpretações que se constituem como verdades subjetivas. O desafio, nesse processo, é manter uma abordagem abrangente, sem sobreposição de ideias, permitindo que a escrita seja atravessada por sensibilidades, pela arte e por reflexões que tragam vida às palavras.

Com esse olhar, este artigo busca investigar fragmentos, contextos e histórias de dez indivíduos autodeclarados negros ou mestiços, explorando tanto o que percebem à distância quanto o que vivenciam de perto. Ao valorizar os grandes acontecimentos e os gestos cotidianos, pretende-se reconhecer que há significado em cada camada dessas experiências. Não se trata de reproduzir narrativas prontas sobre racismo ou preconceito, mas de interpretar sentidos discursivos, problematizando as múltiplas dimensões que compõem a vivência de cada um — em um movimento próximo ao que o dito popular sintetiza: “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.

O desafio está em olhar para os fragmentos desses discursos, reconhecendo a subjetividade negra e mestiça, atravessada por múltiplas vozes, tempos e espaços. Ao escutá-los com atenção, sensibilidade e ética, torna-se possível captar sentidos que se revelam não apenas no que é dito, mas também nos silêncios e nas ausências. Fischer (2001) nos desafia a sermos verdadeiros na escrita, criando vínculos com o objeto de pesquisa. Afinal, como lembra Foucault (2010, p. 293), “uma experiência é sempre uma ficção; é alguma coisa que se fabrica para si mesmo, que não existe antes e que poderá existir depois”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi para o cadafalso com grande dignidade. Pediu uma garrafa de vinho tinto e bebeu metade dela. Recusou a ajuda do ministro protestante, reverendo William Hull, que se ofereceu para ler a Bíblia com ele: tinha apenas mais duas horas para viver e, portanto, nenhum “tempo a perder”. Ele transpôs os quarenta metros que separavam sua cela da câmara de execução andando calmo e ereto, com as mãos amarradas nas costas. Quando os guardas amarraram seus tornozelos e joelhos, pediu que afrouxassem as cordas para que pudesse ficar de pé. “Não preciso disso”, declarou quando lhe ofereceram o capuz preto. Estava perfeitamente controlado. Não, mais do que isso: estava completamente ele mesmo. Nada poderia demonstrá-lo mais convincentemente do que a grotesca tolice

de suas últimas palavras. Começou dizendo enfaticamente que era um Gottgläubiger, expressando assim da maneira comum dos nazistas que não era cristão e não acreditava na vida depois da morte. E continuou: “Dentro de pouco tempo, senhores, iremos encontrar-nos de novo. Esse é o destino de todos os homens. Viva a Alemanha, viva a Argentina, viva a Áustria. Não as esquecerei”. Diante da morte, encontrou o clichê usado na oratória fúnebre. No cadafalso, sua memória lhe aplicou um último golpe: ele estava “animado”, esqueceu-se que aquele era seu próprio funeral (Arendt, 1999, p. 152).

O trecho acima nos convoca a refletir acerca da maneira como a ética e a moral de um sujeito podem ser corrompidas pelos discursos disseminados socialmente, levando-o a adotar condutas que fogem do caráter ético e moral. Seria assim nos espaços acadêmicos? Podemos analisar esse fator a partir dos conceitos de relações de poder, compreendendo controle e sociedade, como abordado por Foucault (1982), ao afirmar que nosso caráter se molda de acordo com os discursos e verdades, permitindo que nos adaptemos até ao imoral.

Assim como as relações de poder, que não se limitam aos grandes sistemas, mas operam nas interações mais sutis do dia a dia, elas se manifestam nos sistemas educacionais, familiares e na sociedade em geral. Complementando essa visão, Nietzsche (1991; 2001) ressalta que os seres humanos são sujeitos que podem ser moldados e ajustados, e que o papel da justiça é enquadrar os indivíduos dentro das normas sociais. Esse processo de disciplina social visa tornar as pessoas dóceis e aptas a conviver em sociedade. O recorte de fala a seguir vem nos direcionar nessa percepção.

Reconheço que nunca sofri nenhuma situação explícita, mas é visível a forma como as pessoas brancas e de acesso a uma “boa” educação sempre são enaltecidas enquanto por mais que eu me esforce eu nunca ganhe este mesmo reconhecimento dos professores. Mesmo que indiretamente, sempre há nas atitudes mínimas, essa intencionalidade e eu sempre percebi. Como enaltecer sempre a mesma parcela de alunos brancos e de classe média. Além de que no meu curso de graduação, em específico, não existe nenhuma disciplina que fale sobre questões raciais e nos permita debater, discutir isso de forma concisa. (Participante 02)

Foucault (1975) aponta que o exercício do poder na sociedade se concretiza, em parte, por meio de dois dispositivos que se infiltram de forma discreta no cotidiano da população: dispositivos de vigilância e de punição. Há um negro no contexto e uma punição por sê-lo. Observemos, a partir do recorte de fala, que o primeiro atua em espaços voltados ao convívio e manejo de pessoas, buscando manter o controle por meio da observação constante (Brígido, 2013, p. 7). Já o segundo se manifesta através de mecanismos que legitimam a punição, considerada indispensável para a “reeducação” do indivíduo, autorizando condenar e penalizar quem não se adequa às normas estabelecidas pelas relações de poder; afinal, preto é preto e subalterno

(Brígido, 2013).

Essas práticas se entrelaçam com contextos sociais marcados por condutas conservadoras e valores morais voltados aos interesses de determinados grupos, em nosso caso, o branco de classe média, refletindo-se em famílias e comunidades onde discursos de preconceito, discriminação e racismo persistem. Tais narrativas frequentemente se sustentam pelo processo de naturalização dessas questões entre aqueles que as reproduzem. Assim, é dado histórico que:

Diversas manifestações de afirmações identitárias, declarando o orgulho de ser negro, de ser homossexual, de ser mulher, de ser indígena, entre outras, denunciavam a existência de preconceito, discriminação e exclusão nas várias esferas da sociedade e preencheram as agendas da reflexão sócio- antropológica. Marchas e declarações colocavam a nu a presença inquietante da violência nas relações sociais, como também reações se manifestavam contra os sujeitos-objetos de violência. De fato, os diversos movimentos tentavam enfrentar as atribuições identitárias negativas, opondo, ao sentimento de vergonha e do silêncio que tinha sido construído através de sociabilidades baseadas na negação da alteridade, o sentimento de orgulho. (Bandeira; Batista, 2002, p. 07).

Arendt (1999) explora como os mecanismos de controle social podem levar à alienação, fazendo com que ações questionáveis sejam percebidas como normais. Ela destaca que atos contrários às regras sociais são reprimidos e que a manipulação exercida por esses mecanismos pode levar indivíduos a comportamentos que não condizem com sua verdadeira índole ou moral. A reflexão sobre a banalidade do mal nos permite compreender certas dinâmicas sociais, questionando a manipulação e a alienação a que podemos ser submetidos ao “escolher” seguir determinadas condutas. Como se sente o outro? O recorte nos traz que:

Meus colegas, diante das atitudes veladas dos professores nunca se queixaram, tidas como normais. Mas, na fala com outros pretos que estão ou passaram pela universidade, sempre me passaram a mesma visão de que ao ser negro na universidade estamos em desvantagem e, com isso, deveríamos recorrer uns aos outros para alcançar algo, pois a universidade vai sempre enaltecer os brancos que tiveram acesso ao melhor tipo de ensino. A não valorização do assunto na formação foi gritante. Lembro de em uma situação em que um aluno preto perguntou para uma professora como era a realidade dos negros no contexto histórico no qual ela estava trabalhando com a turma. Ela não soube responder. (Participante 04)

Pelo descrito, percebemos que a “banalidade do mal” se manifesta em nossa sociedade de diversas formas, inclusive nos espaços acadêmicos. Isso ocorre quando determinadas ações ou eventos são encarados com indiferença e normalizados, ou mesmo em situações nas quais indivíduos são reprimidos por conta de sua cor, etnia, orientação sexual, características físicas, classe social, entre outros fatores. Essa normalização reforça o sentimento de superioridade por

parte de certos grupos, que consideram legítimo nutrir dispositivos de alienação, como bem evidenciado no recorte, agindo para excluir ou até eliminar aqueles que não se encaixam nos padrões esperados de normalidade.

Contudo, ao considerar o recorte de fala, é possível notar o preconceito como um mecanismo presente nas relações sociais do cotidiano, incluindo o ambiente universitário — um processo reprodutor eficaz de discriminações, exclusões e violências encontradas em nossa sociedade. O preconceito persiste, marcando a vítima e colocá-la na posição de sentir-se imerecida no reconhecimento da igualdade, da dignidade e da cidadania. No recorte *“refletir sobre os impactos que traz para minha formação e em específico minha vida pessoal, é dolorido. Dói pensar que vai continuar por toda minha vida, em todos os ambientes que eu ocupe”* (Participante 06), mostra que,

O preconceito, assim, constitui-se em um mecanismo eficiente e atuante, cuja lógica pode atuar em todas as esferas da vida. Os múltiplos preconceitos têm lugar tipicamente, mas não exclusivamente, nos espaços individuais e coletivos, nas esferas públicas e privadas. Fazem-se presentes em imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas de homens e de mulheres, nos gestos, nos espaços, singularizando-os e atribuindo-lhes qualificativos identitários, hierarquias e poderes diferenciais, diversamente valorizados, com lógicas de inclusões-exclusões consequentes, porque geralmente associados a situações de apreciação- depreciação/desgraça (Bandeira; Batista, 2002, p. 08-09).

O preconceito, profundamente enraizado, atua como um mecanismo que limita ou permite o acesso de indivíduos a determinados espaços, ou os restringe neles. Tais atribuições passam a servir como critérios implícitos para definir onde certos grupos podem ou não estar. Essas práticas são tão naturalizadas que se tornam socialmente aceitas, favorecendo sua reprodução no cotidiano, inclusive em ambientes acadêmicos, ainda que identificar ou reconhecer essa presença não seja tarefa simples.

Falamos de relações de poder exercidas na sociedade, que funcionam como ferramentas de manutenção de processos subalternizadores, capazes de moldar destinos e banalizar o que é prejudicial — como o recorte de fala nos sinaliza. Contudo, percebemos um paradoxo: carregamos, em nossa formação histórica, o legado de culturas que, apesar de oprimidas, contribuíram imensamente para o que somos. Desde o vasto conhecimento farmacológico vegetal dos povos originários, até a resistência física e cultural das matrizes africanas. Citemos ainda a gastronomia herdada dessas tradições.

CONCLUSÃO

Acho que uns dos lados mais difícil é quando me lembro de ser só uma garotinha, de cabelo solto na escola e vinha aquela enxurrada de olhares. Quando um amigo virou para mim e disse você é bonita, mas as pessoas te olham assim porque você se esforça para ser feia com esse cabelo. Na adolescência, implorava para minha mãe alisar o meu cabelo e o produto queimar a minha cabeça. Para mim aquilo era necessário. Tinha de passar por aquilo. Era uma dor necessária por ser preta e o preço de ficar bonita. Agora, adulta o que mais me doe é perceber que mesmo que eu faça graduação, mestrado e doutorado alguém de pele mais clara que talvez não tenha um terço do meu currículo, mas pode ter “aparência da empresa”. Às vezes penso que talvez eu não queira ter um filho(a), porque mulheres negras são as que mais sofrem de violência obstétrica, ou que eu tenha um filho(a) e eu não possa impedir que ele seja assassinado pela polícia (Participante 09).

A partir do recorte de fala usado como epígrafe, podemos considerar que pessoas negras e mestiças, até o nosso tempo, carregam os resquícios de um dos períodos mais cruéis e violentos da história de nosso país, a escravidão e o tráfico negreiro. Mas, ao mesmo tempo, as culturas e costumes que vieram dos povos originários e africanos acabaram por ser base de referência a muito daquilo que entendemos como país. São conjuntos de questões que foram se transformando nessas comunidades, como o recorte permite observar, que ainda são vistas como subalternos por causa da cor da pele e de suas origens. O cenário mostra o que Arendt (1999) chama de banalização do mal, atitudes que excluem, oprimem e violam direitos, naturalizadas socialmente. Consideramos que isso está presente na cultura racista da sociedade.

Outra consideração importante a se fazer está na reprodução das desigualdades sociais que acontecem principalmente nos espaços educacionais, onde o capital cultural e simbólico é distribuído de maneira desigual, reforçando as hierarquias e dificultando a inclusão dos marginalizados. A pesquisa mostra que, mesmo com discursos de igualdade, os espaços educacionais continuam permeados de barreiras que impedem o acesso e fazem aos que entram nesses espaços se sentirem fora do lugar. Essa exclusão mantém desigualdades e privilégios, mostra que racismo estrutural acaba quando houver uma mudança nas práticas sociais e nas relações de poder. Ainda deixamos uma questão, esse é um desafio a ser superado, e será?

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 327–337,

2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/77qSbxLKYLyttqQbSzFjMcb/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Desigualdade social: contribuições da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: EDUC, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Revisão técnica de Alexandre Dias Ramos, Daniela Kern e Odaci Luiz Coradini. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. **Michel Foucault: Uma Análise do Poder**. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56–75, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/6098>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 114, p. 197–223, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Por uma escuta da arte: ensaio sobre poéticas possíveis na pesquisa**. Revista Brasileira de Estudos da Presença, Porto Alegre, v. 11, n. 1, e100045, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-2660100045>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Conversa com Michel Foucault**. In: FOUCAULT, Michel. Repensar a Política: ditos e escritos VI. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 293.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1975.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios**, Rio de Janeiro, 1959.

KOWARICK, Lúcio. **Cortiços: a humilhação e a subalternidade**. Tempo Social, v. 25, p. 49-77, 2013.

MAGALHÃES, E. F. C. B. **Viver a igualdade na diferença: a formação de educadores visando a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Ana Maria Alves. **Da luz da lamparina ao opaco refletor: Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16488>. Acesso em: 03 abri. 2025.

NIETZSCHE, F. W. **A genealogia da moral**. São Paulo: Moraes, 1991.

NIETZSCHE, F. W. **Além do bem e do mal**. São Paulo: 2001

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. Educação & Sociedade, Campinas, ano 23, n. 78, abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>. Acesso em: 12 mai 2025.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de. **Desfazendo a maldição de Cam por meio dos assentos de batismo de escravos adultos da Matriz do Pilar de Ouro Preto (1712-1750)**. In: PAULA, João Antônio de; et al. (org.) Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2004.

PORTUGAL, Danielson Santiago. **Ritmologia Nagô: delineamentos de memórias culturais nos Candomblés**. 2019. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) — Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, José Antônio dos. **Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida**. In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história**. Novos estudos Cebrap , p. 23, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos** [1ª ed.]. Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. **Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu**. Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 1, n. 2, p. 24–36, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/53676>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral de. **Escravidão interna na África, antes do tráfico negroiro**. Vértices, Campos dos Goytacazes, ano 5, n. 2, maio/ago. 2003.